



# Faculdade de Direito da UFMG

## Programa de Pós-Graduação em Direito

### PLANO DE ENSINO

ANO E SEMESTRE					
2021/1					
<b>PROFESSOR(ES)</b>					
Flávio Couto Bernardes					
<b>CÓDIGO DA DISCIPLINA</b>					
DIR869					
<b>TEMA</b>					
TEMAS DE DIREITO TRIBUTARIO					
<b>SUBTEMA</b>					
Processo Tributário no Estado Democrático de Direito: Teoria e constitucionalização do direito processual tributário na jurisprudência constitucional					
<b>AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA NA MODALIDADE DISCIPLINA ISOLADA?</b>					
(X) Sim ( ) Não					
<b>AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA DE GRADUANDO NA MODALIDADE DISCIPLINA ELETIVA?</b>					
(X) Sim ( ) Não					
DIA DA SEMANA	HORÁRIO	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	VAGAS	TIPO DA DISCIPLINA
5ª Feira	18:30 - 21:50	60	4	20	REGULAR
<b>A DISCIPLINA É MINISTRADA EM IDIOMA ESTRANGEIRO: CASO SIM, QUAL IDIOMA?</b>					
(X) Não ( ) Sim Qual:					

<b>PARTICIPAÇÃO DE PROFESSOR(ES) CONVIDADO(S)?</b>		
( ) Sim (X) Não		
NOME(S) DO(S) PARTICIPANTE(S)	CPF	INSTITUIÇÃO

<b>EMENTA</b>
<p>A presente matéria tem como objetivo realizar ampla reflexão sobre o direito processual tributário. Nesse sentido, propõe-se uma reconstrução do fenômeno processual com as especificidades próprias à seara tributária, propondo problematizações e reestruturações teóricas que não somente tenham por objeto o atual estado da arte da ciência processual, como também seja adequado à realidade brasileira.</p> <p>Para isso, a análise ao longo do semestre será realizada a partir de quatro eixos estruturantes, com bibliografias específicas e especializadas.</p> <p>1. O aspecto procedimental como elemento da norma jurídica tributária e seus reflexos na formação do título executivo</p> <p>1.1. O eixo inicial proporá aos alunos a análise crítica do procedimento tributário enquanto fundamento lógico da incidência da norma jurídica tributária respectiva, abordando-se seus reflexos na avaliação da validade da formação do título executivo. Nesse eixo serão abordadas as temáticas relacionadas aos componentes da norma jurídica, quais sejam, “hipótese” e “consequência”.</p> <p>1.1.1. Aspecto dinâmico da norma: hipótese e consequente normativos.</p> <p>1.1.2. O comportamento das fontes do direito no microsistema do processo constitucional tributário.</p> <p>1.1.3. Visão da relação processual na norma jurídica e seus reflexos no direito tributário.</p> <p>2. Eixo processual propedêutico</p> <p>2.1. Este eixo tem como objeto expor aos alunos os institutos fundamentais do Direito Processual e do Direito Tributário, bem como os regimes jurídicos a eles afetos. O objetivo do eixo propedêutico é revisar consagrados institutos processuais com o intuito de adequá-los ao regime jurídico tributário. Desse modo, pretende-se, ainda que de forma introdutória, a elaboração de uma Teoria Geral do Direito Processual Tributário.</p> <p>2.1.1. Evolução histórica do modelo de solução de lides tributárias.</p> <p>2.1.2. Nascimento, vida e morte do crédito tributário.</p>



# Faculdade de Direito da UFMG

## Programa de Pós-Graduação em Direito

- 2.1.3. Estudo comparado do processo tributário em relação a outros gêneros processuais.
- 2.1.4. Princípios fundamentais do direito processual tributário.
3. Eixo procedimental administrativo
  - 3.1. O eixo do procedimento administrativo contencioso apresentará aos alunos o desenvolvimento da relação jurídica tributária exatamente através do procedimento administrativo como condição da própria validade da norma tributária. Nesse eixo serão abordadas as temáticas relacionadas ao chamado “contencioso administrativo” e ao “procedimento administrativo tributário”.
    - 3.1.1. Princípios do processo administrativo tributário.
    - 3.1.2. O direito de defesa e os procedimentos administrativos: indispensabilidade do processo na formação do título executivo fiscal.
    - 3.1.3. Órgãos administrativos de julgamento.
    - 3.1.4. Lançamento e inscrição do crédito tributário em dívida ativa.
4. Eixo processual judicial
  - 4.1. O eixo processual judicial explanará aos alunos os institutos do processo tributário quando em tramitação perante o Poder Judiciário. Serão novamente abordados temas relacionados à adequação do Direito Processual Civil ao Direito Tributário, dentre suas diversas modalidades de expressão. Estudar-se-á também nesse tópico as ações constitucionais afetas ao Direito Tributário, bem como a jurisprudência constitucional tributária em casos paradigmáticos, propondo-se reflexões densas acerca de julgados e teorias de fundo.
    - 4.1.1. Ações judiciais ordinárias em matéria tributária.
    - 4.1.2. Medidas liminares no processo tributário.
    - 4.1.3. Medida cautelar fiscal e o arrolamento de bens.

**As avaliações serão feitas a partir de seminários temáticos, com ampla discussão entre os alunos sobre os temas propostos.**

### BIBLIOGRAFIA

- ABRÃO, Carlos Henrique. A reunião dos processos fiscais. In: Revista Dialética de Direito Tributário São Paulo, Dialética n. 34, p. 41-46, julho, 1998.
- ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. *Motivação e controle do ato administrativo*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.
- BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. *Princípios constitucionais do processo administrativo disciplinar*. São Paulo: Max Limonad, 1998.
- BALEIRO, Aliomar. *Direito tributário brasileiro*. Atualizada por Misabel Abreu Machado Derzi. – 12. ed. – Rio de Janeiro, Forense, 2013.
- BECKER, Alfredo Augusto. *Teoria geral do direito tributário*. 4ª Ed. São Paulo: Noeses, 2007.
- BERNARDES, Flávio Couto. *O aspecto procedimental como elemento da norma jurídica tributária e seus reflexos na formação do título executivo*. 2006. 462f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.
- BERNARDES, Flávio Couto; COSTA GONTIJO, Pedro Augusto. *A eficácia vinculante dos precedentes sobre o processo administrativo tributário*. Advocacia pública em juízo, D’Plácido, 2018.
- BOTALLO, Eduardo Domingos; MELO, José Eduardo Soares de. *Comentários às súmulas Tributárias do STF, STJ, TRFs e CARF*. 2 ed. – Editora Quartier Latin, São Paulo – 2011.
- BREYNER, Frederico Menezes. O prazo de 360 dias para prolação de decisões no processo administrativo tributário federal: propostas interpretativas do art. 24 da lei 11.457/2007. In: Revista Dialética de Direito Tributário. In: Revista Dialética de Direito Tributário São Paulo, Dialética n. 217, p. 7-16, outubro, 2013.



# Faculdade de Direito da UFMG

## Programa de Pós-Graduação em Direito

CAIS, Cleide Previtali. *O processo tributário*. 6ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. 7ª Ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CARVALHO, Paulo de Barros. *Teoria da norma tributária*. 5ª Ed. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. O lançamento e o crédito tributário: modalidades, prescrição e decadência. – Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, n. 41, 2002. Disponível em: <<https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1238/1171>>.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. *Teoria geral do tributo, da interpretação e da exoneração tributário*. 3ª Ed. São Paulo: Dialética, 2003.

CONRADO, Paulo César. *Execução Fiscal*. 3ª ed. Editora Noeses, São Paulo, 2017.

CONRADO, Paulo César. *Processo Tributário Analítico v. 1 e 2*. Editora Noeses, São Paulo – 2013.

DANTAS, Rodrigo Numeriano Dubourcq. Competência regulamentar da Administração Tributária, legalidade e segurança jurídica. In: Revista Dialética de Direito Tributário, São Paulo, Dialética n. 217, p. 112-136, outubro, 2013.

DE JESUS, Isabela Bonfá. *Manual de Direito e Processo Tributário* – Editora Revista dos Tribunais, 4ª edição, 2017.

DINAMARCO, Candido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. 6ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

FERRAZ, Sérgio; DALLARI, Adilson Abreu. *Processo administrativo*. 1ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

GALDINO, Dirceu; ARZUA, Heron. A formação antidemocrática dos conselhos de contribuintes. In: Revista Dialética de Direito Tributário São Paulo, Dialética n. 34, p. 46-51, julho, 1998.

GRAU, Eros Roberto. *Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do direito*. 5ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel; WATANABE, Kazuo (orgs.). *Participação e processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

HENRIQUES, Guilherme de Almeida; GODOI, Marciano Seabra de; BONITO, Raphael Frattari; LOBATO, Valter de Souza (Orgs.). *Os Impactos do novo CPC sobre o processo judicial tributário*. – Belo Horizonte, Editora D'Plácido, 2016.

LOUREIRO, João Carlos Simões Gonçalves. *O procedimento administrativo entre a eficiência e a garantia dos particulares: algumas considerações*. Coimbra: Coimbra Ed. 1995.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. *Processo Tributário*. – 9. ed. rev. e atual. – São Paulo, Atlas, 2017.

MARINONI, Luiz G.; ARENHART, Sérgio C.; MITIDIERO, Daniel. *Curso de processo civil*, vol. 2. – 3. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2017.

MARINS, James. *Direito processual tributário brasileiro: administrativo e judicial*. 10ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

MARTINS, Ives Gandra da Silva (org). *Pesquisas tributárias: execução fiscal*. Nova Série nº 14. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.



# Faculdade de Direito da UFMG

## Programa de Pós-Graduação em Direito

MARTONE, Rodrigo; BASSANI Alessandra. A nova posição do STF sobre a desistência de mandado de segurança sem anuência da parte contrária e independentemente de decisão de mérito e as suas consequências para as causas de natureza tributária. In: Revista Dialética de Direito Tributário São Paulo, Dialectica n. 2016, p. 132-142, setembro, 2013.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 26ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MELLO, Oswaldo Aranha Bandeira de. *Princípios gerais de direito administrativo*. 3ª Ed. vol. I. São Paulo: Malheiros, 2007.

MELO, Fabio Soares de Melo. *Processo Administrativo Tributário: princípios, vícios e efeitos jurídicos*, 2 ed. – Livraria do advogado, 2017.

MELO, José Eduardo Soares. *Processo Tributário Administrativo e Judicial*. Editora Quartier Latin, 4 ed., 2015.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*. 3ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

NEDER, Marcos Vinicius; SANTI, Eurico Marcos Diniz de. FERRAGUT, Maria Rita (orgs.). *A prova no processo tributário*. São Paulo: Dialética, 2010.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Segurança jurídica o procedimento administrativo tributário – a questão da revisão judicial das decisões proferidas pelo Conselho Administrativo de Recursos fiscais. In: Revista Dialética de Direito Tributário São Paulo, Dialectica n. 221, p. 19-33, fevereiro, 2014.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; PIMENTEL, João Otávio Martins. Contencioso administrativo tributário federal no Brasil: o que esperar do CARF depois da Operação Zelotes? – Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. N. 69, 2016. Disponível em: <<https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1811/1720>>.

PAULSEN, Leandro. *Direito processual tributário*. 7ª Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

PEROBA, Luiz Roberto; MARTONE, Rodrigo. A importância dos precedentes dos tribunais e a insegurança jurídica do sistema tributário nacional. São Paulo, Dialectica n. 217, p. 69-80, outubro, 2013.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. Princípios constitucionais do processo administrativo no direito brasileiro. *Revista de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro, n. 209, jul/set. 1997.

SILVA, José Afonso da. *Comentário contextual à Constituição*. 2ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

SUNDFELD, Carlos Ari; MUÑOZ, Guillermo Andrés (orgs.). *As leis de processo administrativo: Lei federal 9.784/99 e Lei Paulista 10.177/98*. São Paulo: Malheiros, 2000.

THEODORO JR. Humberto; NUNES, Dierle; BAHIA, Alexandre M. F.; PEDRÓN, Flávio Q. *Novo CPC – fundamentos e sistematização*. – 3. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro, Forense, 2016.

TÔRRES, Heleno Taveira; QUEIROZ, Mary Elbe; FEITOSA, Raymundo Juliano (orgs.). *Direito tributário e processo administrativo aplicados*. São Paulo: Quatier Latin, 2005.

XAVIER, Alberto. *Do lançamento teoria geral do ato do procedimento e do processo tributário*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

### TEXTOS E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA WEB



# Faculdade de Direito da UFMG

## Programa de Pós-Graduação em Direito

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; PIMENTEL, João Otávio Martins. Contencioso administrativo tributário federal no Brasil: o que esperar do CARF depois da Operação Zelotes? – Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. N. 69, 2016. Disponível em: <<https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1811/1720>>.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. O lançamento e o crédito tributário: modalidades, prescrição e decadência. – Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, n. 41, 2002. Disponível em: <<https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1238/1171>>.

BERNARDES, Flávio Couto. *O aspecto procedimental como elemento da norma jurídica tributária e seus reflexos na formação do título executivo*. 2006. 462f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-96ZKBJ>>.

PIRES, RODRIGO HENRIQUE; BERNARDES, FLÁVIO COUTO. O efeito vinculante dos precedentes judiciais no Processo Tributário Administrativo. Revista de Direito Tributário e Financeiro, v. 5, p. 37, 2020. Disponível em: <<https://indexlaw.org/index.php/direitotributario/article/view/5970>>.

COUTO BERNARDES, FLÁVIO; MACHADO RODRIGUES DE AZEVEDO, HENRIQUE. A EXECUÇÃO FISCAL ADMINISTRATIVA: UM OLHAR SOBRE A PERSPECTIVA DA AMPLA DEFESA COMO INTEGRANTE DO FEIXE DE GARANTIAS CONSTITUCIONAIS QUE COMPÕEM O DEVIDO PROCESSO LEGAL. Revista de Direito Tributário e Financeiro, v. 3, p. 45, 2017. Disponível em: <<https://www.indexlaw.org/index.php/direitotributario/article/view/2618>>.

BERNARDES, F. C.. A denúncia espontânea. A inteligência do artigo 138 do CTN e a sua interconexão com o Regulamento dos procedimentos tributários administrativos (arts. 207 a 211 do RPTA/MG). Os Aspectos Jurídicos Relevantes. Direito Izabela Hendrix, v. 16, p. 01, 2016. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-izabela/index.php/dih/article/view/1043>>.

BERNARDES, F. C.. Aspectos polêmicos do procedimento tributário administrativo. Revista da Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte, v. 1, p. 71-84, 2008. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/9157>>.

### INFORMAÇÕES ADICIONAIS